



RESOLUÇÃO

PELA EXIGÊNCIA DE RESOLUÇÃO DOS PROBLEMAS DOS TRABALHADORES PELA MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE VIDA E DE TRABALHO

O STAL encerra hoje um ciclo de acções, realizado no âmbito do mês de “Esclarecimento e Luta”, em que contactou com milhares de trabalhadores das autarquias, de empresas municipais e concessionárias, dos mais diversos sectores e profissões para exigir a melhoria das suas condições de vida e de trabalho.

Por todo o lado é visível a dura realidade que é a vida da generalidade dos trabalhadores, muito agravada pelo brutal aumento do custo de vida, a perda real do valor dos salários e do poder de compra, e com a incapacidade dos serviços públicos, à mingua de meios financeiros e humanos, para responder às necessidades de quem deles necessita, situação que a transferência de competências para os municípios contribuirá para agravar ainda mais.

O que se regista é a desilusão, a desmotivação, a exaustão por parte de quem todos os dias cumpre com o seu trabalho, mas constata que esse empenho e essa dedicação não têm o devido reconhecimento e valorização por parte do governo do PS, agora maioritário, cujas opções políticas continuam a agravar as injustiças, as desigualdades na distribuição da riqueza, enquanto se somam os casos que são um assalto aos dinheiros públicos e um insulto a quem vive do seu trabalho.

Sabemos que as justificações do governo para não aumentar salários são falsas, que precisamos é de salários dignos e não de ajudas extraordinárias que não passam de migalhas, e que se nada for alterado, depois de uma perda acumulada de poder de compra que já supera os 20% (2009/2023), continuaremos a perder salário e pensão, enquanto os grandes grupos continuam a anunciar lucros escandalosos, sem que se vislumbre qualquer iniciativa digna desse nome para taxar estes lucros ou travar o aumento de preços dos bens essenciais.

Sabemos que a promessa de revisão das carreiras profissionais não tem passado disso mesmo e o mesmo acontece em relação a outras matérias cruciais como o combate efectivo à precariedade, a regulação dos horários de trabalho, a revogação do actual sistema de avaliação, a valorização da contratação colectiva e a revogação das normas gravosas da legislação laboral que o governo recusou uma vez mais.

Sabemos que o suplemento de penosidade e insalubridade existente está longe de responder ao que exigimos, tem um valor monetário que urge atualizar e, mais de metade das autarquias continuam em incumprimento da lei sem qualquer consequência.

Sabemos que se mantém a gritante injustiça, imposta pelo governo de Passos e Portas, que impede a acumulação com a remuneração das indemnizações relativas a incapacidades permanentes parciais inferiores a 30%, resultantes de acidentes em serviço e doenças profissionais, situação que abrange a esmagadora maioria dos trabalhadores sinistrados, e se mantém após a sua aposentação pois, requerendo, é-lhe atribuída a indemnização e logo subtraída ao valor da sua pensão.

Sabemos que as condições de trabalho, principalmente nas áreas operacionais, na manutenção do espaço público, na recolha de lixo, limpeza urbana, na água e saneamento estão longe de respeitar, como deveriam, as normas de segurança e saúde no trabalho.

Estes são, entre outros, problemas para os quais o STAL tem apresentado propostas e reclamado processos negociais, porém, os responsáveis continuam a fazer orelhas mocas, como é o caso do Secretário de Estado, onde iremos hoje lembrar que a reunião solicitada em Maio do ano passado continua sem resposta, bem como o grave conjunto de problemas descritos na missiva que lhe dirigimos, e que não podem esperar mais!

Sim, exigimos negociação e soluções para os problemas que impedem uma vida digna para os trabalhadores do sector; exigimos respeito pelos direitos e a melhoria das condições de trabalho, condições necessárias à afirmação do Poder Local e dos serviços públicos como promotores da qualidade de vida das populações e da coesão social e territorial do país.

É possível viver melhor no nosso País!

Reafirmando a disponibilidade para a luta manifestada por milhares de trabalhadores nos plenários e concentrações realizados, os trabalhadores presentes no Plenário Nacional, em 15 de Fevereiro de 2023, exigem:

1. Aumento salarial imediato de 10%, num mínimo de 100€ na TRU, para todos os trabalhadores; aumento do salário mínimo na Administração Pública para 850€; e actualização do subsídio de refeição para 9€;
2. Correção justa e real da Tabela Salarial - TRU;

3. Reposição e valorização das carreiras, índices remuneratórios e dos conteúdos profissionais específicos;
4. Revogação do SIADAP e a sua substituição por um sistema de avaliação sem quotas, formativo, equitativo e justo;
5. Aplicação efectiva do SPI, e a inclusão do risco, abrangendo todos os trabalhadores que desempenham actividades penosas, insalubres e de risco;
6. Actualização do valor de todos os suplementos remuneratórios;
7. Reposição dos 25 dias de férias e respectivas majorações;
8. Reposição do pagamento das horas extraordinárias, do trabalho normal em dias feriado e de todos os suplementos que foram alvo de cortes no período da troika, com acréscimo de 50 % na 1.ª hora e de 75 % nas seguintes, nos dias úteis; e de 100 % nos dias de descanso, salvo regimes mais favoráveis; e reposição do descanso compensatório;
9. Reposição do valor das contribuições na ADSE para 1,5% sobre o período de 12 meses;
10. Reposição dos escalões de IRS; maior justiça fiscal e protecção dos rendimentos do trabalho;
11. Reposição integral do direito à indemnização devida por motivo de acidente de trabalho e/ou doença profissional;
12. Reversão do processo de transferência de competências para os municípios, das funções sociais do Estado e reforço dos Serviços Públicos, com especial destaque para a salvaguarda do Serviço Nacional de Saúde.
13. Fixação de limites máximos nos preços dos bens e serviços essenciais e a taxação extraordinária sobre os lucros colossais das grandes empresas.

Porque recusamos empobrecer a trabalhar; porque exigimos uma política diferente; porque temos direito a uma vida digna, vamos intensificar a luta!

Lisboa, 15 Fevereiro de 2023

O Plenário Nacional do STAL